

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem conhecimentos de informática e/ou tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CGIAI-I

Um problema no estudo da violência é sua relação com a racionalidade. Os atos violentos mais graves, praticados com requintes de crueldade, são vistos pela mídia e pela opinião pública como atos irracionais. Ora, se a violência é irracional, não é por ser obra de um ser desprovido de razão, mas por ser, paradoxalmente, o produto de uma razão perigosamente racional. É o que ocorre quando certos mecanismos racionais, como a simplificação, que reduz tudo a um único princípio explicativo, e a polarização, que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis, deixam o indivíduo sem alternativas. Esses mecanismos traduzem a racionalidade de uma razão incapaz de lidar com os antagonismos, as diferenças e a diversidade.

Portanto, o problema que levanta a violência é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de “razões” para não se deter diante de limites estabelecidos pela própria razão humana. É a razão que, amplificando os conflitos, reduzindo as alternativas ao impasse e superdimensionando os defeitos dos outros, cria os cenários em que florescem as ideologias legitimadoras da violência. Em outras palavras, o problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária. O que mais espanta na violência, quando ela é razão de espanto, é a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro. É, pois, o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à violência o *status* de irracionalidade. No entanto, as razões dessa irracionalidade raramente são explicitadas e, frequentemente, deixam de existir quando o recipiente de atos violentos é o “inimigo”.

Angel Pino, *Violência, educação e sociedade*
um olhar sobre o Brasil contemporâneo. (n. Educ. Soc.,
Caracas, v. 29, n. 100, p. 763-785, out./2007 (com adaptações).

Questão 1

O foco do autor do texto CGIAI-I é defender a ideia de que

- A a irracionalidade é elemento característico da violência extrema.
- B a razão é paradoxalmente capaz de lidar com o antagonismo e a diversidade.
- C a violência está associada a ameaças reais identificadas pela razão.
- D a irracionalidade é uma explicação falaciosa para a violência extrema.
- E a aplicação de mecanismos racionais transforma perigos irreais em fatos.

Questão 2

Seria gramaticalmente correta e manteria os sentidos do texto CGIAI-I a substituição de

- A “Ora” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **Então**.
- B “No entanto” (último período do segundo parágrafo) por **Porquanto**.
- C “Portanto” (primeiro período do segundo parágrafo) por **Por conseguinte**.
- D “Em outras palavras” (terceiro período do segundo parágrafo) por **Outrossim**.
- E “pois” (penúltimo período do segundo parágrafo) por **sem embargo**.

Questão 3

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CGIAI-I, julgue os itens a seguir.

- I No quarto período do primeiro parágrafo, tanto o trecho “que reduz tudo a um único princípio explicativo” quanto o trecho “que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis” consistem em orações explicativas.
- II Caso o trecho “É a razão que” (segundo período do segundo parágrafo) fosse substituído por **A razão**, seria mantida a correção gramatical do texto.
- III No trecho “É, pois, o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à violência o *status* de irracionalidade”, o termo “que” é uma forma pronominal cujo referente é “dramaturgia”.
- IV No trecho “O que mais espanta na violência, quando ela é razão de espanto, é a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro”, o termo “que” introduz oração adverbial comparativa.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Questão 4

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do trecho "Ora, se a violência é irracional, não é por ser obra de um ser desprovido de razão, mas por ser, paradoxalmente, o produto de uma razão perigosamente racional.", do texto CG1A1-I. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical e a coerência do texto.

- A Ora, se a violência é irracional paradoxalmente, não é por suceder de feitos realizados por alguém destituído de razão, mas sim por ser fruto de uma razão perigosamente racional.
- B Ora, se a violência é irracional, é por estar enraizada em conduta de ser irracional que atua de forma paradoxalmente atrelada a razão.
- C Ora, se a violência é irracional, não é que se tenha fundamento no que um ser irracional cometeu, mas por se originar paradoxalmente em uma razão que está estranhamente baseada no perigo.
- D Ora, se a violência é irracional, isso ocorre porque é, paradoxalmente, resultado da ação de quem baseia-se de forma perigosa, no contraste entre o racional e o irracional.
- E Ora, se a violência é irracional, não é por resultar de ações de um ser irracional, e, sim, por ser, paradoxalmente, fruto do exercício de uma razão cuja racionalidade é perigosa.

Texto CG1A1-II

Há quem veja a literatura como o refúgio da beleza e da paz. Num mundo amargo, triste e violento, os livros oferecem a rota de fuga. Não é a vida como ela é, mas a vida como deveria ser. Títulos agressivos devem ser evitados. Essa convicção é equivocada?

Não é o caso de dizer que é equivocada. Os gostos são múltiplos e devem ser respeitados. O problema é acreditar que a literatura, para funcionar bem, deva ser o paraíso na terra. Há livros que funcionam assim, mas não são muitos. Para falar a verdade, as grandes obras literárias, com intensidade diferente, são marcadas pela ganância, pela traição, pela violência, pela catástrofe.

Assim, vale a pena respirar fundo e encarar as nossas imperfeições nas páginas dos grandes livros. O mergulho nas trevas forja o caráter da gente. Não é das coisas mais agradáveis, mas intensifica nossa humanidade. Ser humano em sua plenitude é conhecer a variedade de nossas emoções e ações. As boas e as ruins. As dignas e as indignas. As que comovem e as que perturbam.

Um belo treino é a leitura do monumental **A canção do carrasco**, de Norman Mailer. O centro de tudo é a execução de Gary Gilmore em 1977, nos Estados Unidos da América, pelos crimes que cometeu. Quase tudo nas mil páginas de Mailer é real. O material foi obtido a partir de entrevistas, leitura de processos judiciais e da cobertura da imprensa. Trata-se de uma aula de como a realidade é operada por diversas alavancas.

Nelson Fonseca Neto. O mundo do crime na literatura internet. "g1.globo.com" (com adaptações)

Questão 5

Quanto à tipologia textual, o texto CG1A1-II é predominantemente

- A narrativo, por apresentar detalhes sobre a obra de Norman Mailer.
- B expositivo, apresentando linguagem objetiva, com foco na definição de conceitos e na apresentação de exemplos.
- C descritivo, por ser marcado pela impessoalidade na linguagem e por exibir um ponto de vista de modo imparcial.
- D injuntivo, por buscar convencer o leitor da contribuição dos livros agressivos para a intensificação da humanidade.
- E dissertativo-argumentativo, sendo voltado a convencer o leitor do valor dos livros sombrios.

Questão 6

No trecho "As boas e as ruins. As dignas e as indignas. As que comovem e as que perturbam.", do texto CG1A1-II,

- A opõem-se palavras de sentido contrário.
- B os adjetivos "boas" e "dignas" são sinônimos.
- C o emprego reiterado da flexão de plural caracteriza aliteração.
- D o emprego dos verbos **comover** e **perturbar** caracteriza pleonasma.
- E a sequência de adjetivos segue uma gradação ascendente de ideias.

Questão 7

A memória do computador, também conhecida como memória principal ou memória de sistema, responsável pelo armazenamento temporário de dados e de instruções utilizadas pelos dispositivos periféricos, é

- A RAM (*random access memory*, ou memória de acesso aleatório).
- B ROM (*read only memory*, ou memória somente de leitura).
- C cache de memória.
- D disco rígido (HD).
- E unidade central de processamento (CPU).

Questão 8

Ataque malicioso ao ambiente computacional, realizado por programa ou fragmentos de código não replicável, aparentemente seguro, que, de forma oculta, realiza ações como roubo de senhas e arquivos, é

- A spyware.
- B ransomware.
- C cavalo de troia.
- D vírus.
- E worms.

Questão 9

Durante a edição colaborativa de um texto no Microsoft Word, é possível realizar controle de versão e visualizar inclusões ou exclusões feitas pelos revisores ou editores por meio da opção

- A Compartilhar.
- B Ortografia e Gramática.
- C Referência Cruzada.
- D Controlar Alterações.
- E Novo Comentário.

Questão 10

Conforme o Código Civil e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os direitos da personalidade

- A podem ser objeto de limitação voluntária de natureza permanente.
- B podem ser objeto de limitação voluntária geral.
- C não podem ser objeto de disponibilidade relativa.
- D podem ser objeto de disponibilidade, como no caso de disposição, para fins científicos, do próprio corpo para depois da morte.
- E não podem ser objeto de disponibilidade, como na circunstância de diminuição permanente da integridade física, por exigência médica.

Questão 11

Acerca da responsabilidade civil, à luz da jurisprudência do STJ, detém legitimidade para pleitear indenização

- A vítima que tenha sofrido deformidade física em decorrência de ato ilícito causado por outrem, não sendo possível a cumulação de indenizações por dano estético ou moral.
- B pessoa jurídica de direito público, por dano moral relativo à ofensa de sua honra ou imagem.
- C vítima de ato ilícito, por ofensa moral suportada, não sendo possível a transmissão do direito à indenização para qualquer outro indivíduo em caso de morte da vítima.
- D filho, por dano moral decorrente de abandono afetivo anterior ao reconhecimento de paternidade.
- E pessoa muito próxima afetivamente da vítima do evento danoso, por dano moral reflexo, tornando-se colegitimada para a ação.

Questão 12

Assinale a opção correspondente à modalidade de aquisição de propriedade móvel que ocorre quando indivíduo que, enquanto trabalhando em matéria-prima em parte alheia, acaba obtendo nova espécie, sendo desta considerado proprietário.

- A especificação
- B usucapião
- C achado do tesouro
- D confusão
- E ocupação

Questão 13

Considere que um policial civil do estado da Paraíba seja acusado de ter exercido irregularmente sua função e, se condenado, tenha de responder civil, penal e administrativamente pelo ato praticado. Nessa situação,

- A a responsabilidade civil decorre independentemente de o ato cometido importar prejuízo.
- B eventual dano cometido pelo policial exclui seus sucessores de repará-lo.
- C eventuais sanções administrativa, civil e penal serão dependentes entre si.
- D o ressarcimento de eventual dano cometido implicará a supressão da responsabilidade administrativa.
- E eventual absolvição criminal por inexistência material do fato afastará a responsabilidade administrativa.

Questão 14

Se determinado órgão público receber denúncia anônima que impute conduta irregular a servidor público lotado nesse mesmo órgão, por ato cometido no exercício da função, à administração pública

- A é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da proporcionalidade.
- B é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
- C é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da razoabilidade.
- D é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da legalidade.
- E é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que a portaria de instauração exponha detalhadamente o fato a ser apurado.

Questão 15

Suponha que determinado órgão público pretenda realizar a contratação de serviço de manutenção de veículos automotores, no valor de R\$ 90.000, e a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021,

- A são dispensáveis as licitações em ambos os casos.
- B são inexigíveis as licitações em ambos os casos.
- C é inexigível a licitação, no primeiro caso, e dispensável, no segundo.
- D são obrigatórias as licitações em ambos os casos.
- E é dispensável a licitação, no primeiro caso, e obrigatória, no segundo.

Questão 16

Suponha que cada um dos seguintes servidores públicos figure como parte interessada em processo administrativo protocolado junto à administração pública (Leonardo, com 60 anos de idade, não relata qualquer problema de saúde) (Luciano, com 50 anos de idade, apresenta diagnóstico de cardiopatia leve) (Silvio, com 40 anos de idade, comprova ser portador de deficiência física). Nessa situação, haverá prioridade na tramitação

- A do processo administrativo de Luciano, apenas.
- B dos processos administrativos dos três interessados.
- C dos processos administrativos de Leonardo e Silvio.
- D dos processos administrativos de Luciano e Silvio.
- E do processo administrativo de Leonardo, apenas.

Questão 17

Na tramitação de um projeto de lei de orçamento, admite-se a inclusão de despesas não previstas na proposta inicial. Para fazer face a tal inclusão, é necessária a redução ou a eliminação de outra(s) despesa(s). Conforme a Constituição Federal, é admissível, para tanto, a eliminação de despesa com

- A pessoal.
- B transferências tributárias constitucionais para municípios.
- C encargos da despesa com pessoal.
- D serviços da dívida.
- E investimentos.

Questão 18

Assinale a opção correta no que se refere à medida a ser implementada, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal

- A Incentivo à participação popular durante os processos de elaboração dos orçamentos.
- B Liberação do convênio popular durante os processos de elaboração dos orçamentos.
- C Definição, por associações de sociedade, ao final de associações formalizadas de moradia, a ser implementada, a ampliação de serviços de moradia.
- D Ampliação de serviços de moradia, a ser implementada, ao final de associações formalizadas de moradia.
- E Ampliação de serviços de moradia, a ser implementada, ao final de associações formalizadas de moradia.

Questão 18

Assinale a opção correta no que se refere à medida a ser implementada para assegurar a transparência dos gastos públicos, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A Incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.
- B Liberação ao conhecimento da sociedade, ao final de cada exercício financeiro, desde que formalmente solicitada, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, por meio da publicação em veículos de comunicação escrita.
- C Definição, por associações de moradores, de despesas a serem realizadas na infraestrutura municipal de cada bairro em que houver associações formalizadas.
- D Ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as emendas de relator.
- E Adoção, pelos municípios, de sistema integrado de administração financeira e de contabilidade que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo de cada estado da Federação.

Questão 19

Um dos critérios por meio dos quais se classificam as despesas no processo de elaboração orçamentária é o

- A discriminatório, ou seja, o que diferencia os tipos de despesa a serem incluídos na dotação orçamentária.
- B finalístico, ou seja, o que classifica a despesa com finalidade prevista em lei própria ou não.
- C institucional, ou seja, o que classifica a despesa entre as diversas unidades orçamentárias e órgãos.
- D de natureza, ou seja, o que classifica a despesa entre originárias e derivadas.
- E de valoração, ou seja, o que classifica a despesa como de alto valor ou de baixo valor.

Questão 20

Caso uma empresa alegue, em juízo, que não deve pagar determinado tributo, terá ela razão se demonstrar

- A ter sido anistiada, por dispositivo legal, do pagamento do referido tributo.
- B ser isenta do pagamento de tributo por expressa disposição constitucional.
- C ser imune ao pagamento do referido imposto, por expressa disposição constitucional.
- D ter sido beneficiada por prescrição em face de a administração tributária não ter constituído o crédito em tempo hábil.
- E ter ocorrido a decadência em razão da perda do prazo de ajuizamento da ação de execução fiscal.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 21

Suponha que Alan e Valério tenham sido condenados criminalmente e as respectivas sentenças tenham assim transitado em julgado: Alan sentenciado a pena privativa de liberdade, e Valério, a pena restritiva de direito. Nessa situação, em relação aos direitos políticos,

- A Alan os perderá por cassação, e os de Valério serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- B Valério os perderá por cassação, e os de Alan serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- C Alan e Valério os perderão por cassação.
- D Alan e Valério permanecerão a exercê-los.
- E Alan e Valério os terão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.

Questão 22

Suponha que determinado canal na internet esteja divulgando a história de um crime que tenha ocorrido, em município brasileiro, há mais de 50 anos. Suponha, ainda, que a informação acerca desse fato verídico tenha sido licitamente obtida e divulgada e que o condenado pelo crime ajuíze ação na qual solicite a suspensão da divulgação do fato, alegando ter direito constitucional ao esquecimento. Nessa situação, a referida alegação é

- A procedente, pois o referido direito embasa-se na proteção da honra individual.
- B improcedente, pois a ideia de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.
- C procedente, visto que o referido direito justifica-se pela proteção da imagem da pessoa.
- D procedente, dado o princípio da inviolabilidade da privacidade humana.
- E improcedente, visto que os parâmetros constitucionais não incluem a proteção da personalidade em geral.

Questão 23

Suponha que, em determinada operação policial, entenda ser necessária a entrada forçada em domicílio de determinada pessoa, com a realização de busca e apreensão, no período noturno, sem mandado judicial, por supostamente estar ocorrendo situação de flagrante delito. Nessa situação, as razões para a entrada domiciliar devem ser justificadas

- A a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.
- B a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, e os atos praticados serão considerados nulos.
- C antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, os atos praticados serão considerados nulos, e a autoridade policial deverá responder disciplinarmente, mas não na esfera civil ou penal.
- D antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, a autoridade policial deverá responder civil e penalmente, ainda que os atos praticados sejam considerados válidos.
- E antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

Questão 24

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- A João, Sandro e Jaqueline.
- B João e Jaqueline, somente.
- C Jaqueline, somente.
- D Sandro e Jaqueline, somente.
- E João, somente.

Questão 25

O chamado "contrabando legislativo" caracteriza-se pela existência de

- A iniciativa de projeto de lei com assunto de competência de lei complementar.
- B emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de conversão de medida provisória em lei.
- C emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de lei de iniciativa do presidente da República.
- D reedição de medida provisória na mesma sessão legislativa em que tenha sido rejeitada.
- E iniciativa de projeto de lei por parlamentar com matéria que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa.

Questão 26

São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal

- A a unidade, a indivisibilidade e a publicidade.
- B a unidade, a publicidade e a independência funcional.
- C a indivisibilidade e a independência funcional, somente.
- D a unidade e a publicidade, somente.
- E a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Questão 27

Suponha que determinado magistrado esteja sendo processado e julgado no Superior Tribunal de Justiça, por supostamente ter cometido crime comum. Suponha, ainda, que, no curso do processo, ele se aposente voluntariamente. Nessa situação, a competência para processá-lo e julgá-lo será do

- A Superior Tribunal de Justiça, conforme a natureza do crime cometido.
- B Superior Tribunal de Justiça, independentemente do crime cometido.
- C primeiro grau de jurisdição.
- D Tribunal de Justiça do estado em que o magistrado atuava.
- E Tribunal de Justiça do estado do local do crime.

Questão 28

São consideradas reservas do Exército brasileiro as

- A polícias militares, os corpos de bombeiros e as polícias penais.
- B polícias militares e as polícias penais.
- C polícias militares e os corpos de bombeiros militares.
- D polícias militares e a polícia penal distrital.
- E polícias penais e os corpos de bombeiros militares.

Questão 29

Se, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, for alegada a inconstitucionalidade de certa lei federal,

- A a decisão definitiva de mérito vinculará o Poder Legislativo.
- B o Poder Legislativo ficará impossibilitado de revogar a lei questionada.
- C o Poder Legislativo ficará impossibilitado de reeditar o diploma julgado inconstitucional.
- D a decisão definitiva de mérito vinculará parcialmente o Poder Judiciário. **(EXCETO FUNÇÃO ATÍPICA DE LEGISLAÇÃO)**
- E a decisão definitiva de mérito vinculará todos os níveis da administração pública.

Questão 30

Extinguem a punibilidade do agente

- A renúncia e perempção na ação pública condicionada.
- B decadência e retratação na ação pública incondicionada.
- C retratação e perdão aceito na ação pública condicionada.
- D perdão aceito e perempção na ação privada propriamente dita.
- E decadência e renúncia na ação privada subsidiária da pública.

Questão 31

Em 16/11/2011 um indivíduo, réu primário com 21 anos de idade à época, cometeu furto simples (art. 155, caput, Código Penal - pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa). A denúncia foi oferecida em 10/11/2015 e recebida em 16/11/2015. Após a tramitação regular do processo, esse indivíduo foi condenado à pena de dois anos de reclusão, sentença publicada em 16/11/2018. Apenas a defesa recorreu, e o acórdão publicado em 16/11/2021 reduziu a pena para um ano de reclusão.

A partir dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A o juiz deveria ter reconhecido, com base na pena aplicada na sentença, a prescrição virtual ocorrida entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- B não ocorreu prescrição nem em razão da pena em abstrato nem em razão da pena em concreto.
- C houve, devido à pena em concreto final, prescrição retroativa entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- D houve, por pena em concreto final, prescrição retroativa entre o recebimento da denúncia e a sentença, pois há causa de redução do prazo prescricional.
- E ocorreu, em razão da pena efetivamente aplicada, a prescrição superveniente entre a data de publicação da sentença e a do julgamento do acórdão.

Questão 32

O feminicídio - crime cometido contra a vida da mulher devido à sua condição de sexo feminino - tem aumento de pena se praticado

- A contra vítima menor de dezoito anos de idade.
- B contra vítima portadora de doença degenerativa que acarrete condição limitante.
- C durante a gestação ou nos seis meses após o parto.
- D na presença física ou virtual de descendente, ascendente ou irmão da vítima.
- E contra vítima com idade maior ou igual a sessenta e cinco anos.

Questão 33

Conforme entendimento do STJ, o uso fraudulento de material transparente nas fases "a" e "b" do medidor de consumo de energia elétrica que permita a alteração do relógio para reduzir a quantidade registrada e consumida e induza a erro a companhia de eletricidade, gerando a obtenção de vantagem ilícita, configura o crime de

- A modificação não autorizada de sistema de informações.
- B dano.
- C furto.
- D estelionato.
- E apropriação indébita.

Questão 34

Considerando o entendimento do STJ em relação a crimes sexuais, assinale a opção correta.

- A A contemplação lasciva configura ato libidinoso constitutivo de estupro e de estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e vítima.
- B Pelos princípios da adequação social e proporcionalidade, o beijo lascivo não configura estupro quando a vítima é maior de 14 anos, independentemente do emprego de força física, cabendo desclassificação para crime menos grave.
- C Pelo princípio da especialidade, é cabível a desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o de importunação sexual, posto que ambos têm como elemento do tipo penal a violência ou grave ameaça.
- D Pelo princípio da legalidade, não é possível a configuração do crime de assédio sexual na relação entre professor e aluno bem como entre líder religioso e fiel, por ser elemento do tipo penal a subordinação laboral.
- E No crime de estupro em que a vulnerabilidade decorre de deficiência mental, a fundamentação do juiz está vinculada à conclusão da perícia quanto ao discernimento e à possibilidade de resistência à prática sexual.

Questão 35

A, B e C são atores. Pelo fato de B obter o papel de personagens de maior destaque secretamente A o inveja e despreza. No intuito de livrar-se de B, A troca as balas de festim por munição real do revólver de C que, ao disparar em cena de novela contra B, causa sua morte. Nesse caso,

- A segundo a teoria objetivo-material, C poderá ser enquadrado na autoria imprópria em relação ao homicídio de B.
- B com base na teoria objetivo-formal, A poderá ser considerado autor mediato do homicídio de B.
- C conforme a teoria do domínio do fato, C seria considerado partícipe do homicídio de B.
- D A e C agiram em autoria colateral, sendo que A será considerado mandante e C responderá culposamente.
- E houve autoria incerta, e A e C responderão por tentativa de homicídio, pois, quanto à tentativa, existia certeza, mas, quanto à ocorrência do resultado, havia dúvida.

Questão 36

Considerando-se a teoria do tipo penal, é correto afirmar que

- A o arrependimento posterior exige voluntária reparação do dano até o oferecimento da denúncia.
- B responde pelo resultado que agrava especialmente a pena o agente que o houver causado, independentemente de dolo ou culpa.
- C a pena do agente que agiu voluntariamente será reduzida, no arrependimento eficaz, de um a dois terços.
- D o agente responde pelos atos já praticados, na hipótese de absoluta impropriedade do objeto que impeça a consumação do crime.
- E o dever de agir, no crime omissivo, também incumbe a quem não tem obrigação legal, mas, por outro motivo, assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.

Questão 37

O filho de um tesoureiro furtou certa quantia em dinheiro da associação em que o pai trabalha. O tesoureiro, sabendo do fato, atribuiu a autoria do delito ao faxineiro da associação após, por insistência da diretoria, ter registrado a ocorrência policial e solicitado instauração do inquérito policial. Considerando-se as informações apresentadas, é correto afirmar que, nesse caso, o tesoureiro responderá por

- A calúnia.
- B favorecimento real.
- C falso testemunho.
- D comunicação falsa de crime.
- E denúncia caluniosa.

Questão 38

O particular que solicita vantagem econômica de suspeito sob falso pretexto de exercer influência sobre o delegado responsável pelo inquérito policial, para que não o indície, pratica

- A exploração de prestígio.
- B tráfico de influência.
- C advocacia administrativa.
- D corrupção ativa.
- E corrupção passiva.

Questão 39

O roubo perpetrado contra diversas vítimas em um único evento, estando comprovados os desígnios autônomos do autor do fato, configura

- A crime único.
- B concurso formal impróprio.
- C crime continuado.
- D concurso material.
- E concurso formal próprio.

Questão 40

Em relação ao livramento condicional e à suspensão condicional da pena, é correto afirmar que

- A a execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso ou culposo.
- B as penas relativas a infrações diversas não podem ser somadas para efeito do livramento condicional.
- C a execução da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos poderá ser suspensa quando o condenado for idoso.
- D cabe livramento condicional ao condenado que cumprir mais de dois terços da pena, independentemente de ser reincidente específico em crime hediondo.
- E a condenação anterior a uma pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

Questão 41

No processo penal brasileiro, a revisão pro societate

- A permite que o réu seja indiciado e processado mais de uma vez pelo mesmo fato.
- B não é admitida, mesmo que o réu tenha sido absolvido injustamente por decisão já transitada em julgado.
- C é admitida quando a sentença absolutória for proferida por juízo incompetente.
- D não admite o reexame de sentença que extingue a punibilidade com base em falsa certidão de óbito do réu.
- E é assegurada devido à possibilidade do Poder Judiciário de rever os próprios atos de ofício quando eivados de nulidade.

Questão 42

Com base no que dispõe a Lei n.º 10.446/2002, mesmo quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, cabe à Polícia Civil investigar

- A a formação de cartel.
- B extorsão praticada em razão da função pública exercida pela vítima.
- C sequestro, quando houver motivação política.
- D crimes praticados pela Internet que difundam conteúdo misógino.
- E a falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Questão 43

Conforme o CPP, o juiz estará impedido de exercer jurisdição no processo se

- A for amigo íntimo ou inimigo de uma das partes.
- B tiver aconselhado uma das partes a respeito do processo.
- C seu cônjuge responder a ação que será julgada pela parte.
- D seu tio atuou como delegado no inquérito policial.
- E for tutor ou curador de uma das partes do processo.

Questão 44

Em regra, é possível desarquivar o inquérito policial quando fundamentado na

- A atipicidade do fato.
- B falta de justa causa para a ação penal.
- C decadência do direito de representação do ofendido.
- D comprovação de coação moral irresistível. (PROVA NOVA)
- E menoridade do autor do fato.

Questão 45

Durante a pandemia, A, B e C foram encaminhados ao juizado especial criminal por terem praticado, respectivamente, omissão de notificação de doença (art. 269 CP, pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa); fornecimento de remédio em desacordo com receita médica (art. 280 CP, pena de detenção de um a três anos, ou multa); e charlatanismo (art. 283 CP, pena de detenção de três meses a um ano, e multa). Nesse caso,

- A são cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo para A, B e C.
- B é cabível transação penal somente para C.
- C é cabível transação penal para A, B e C.
- D é cabível suspensão condicional do processo apenas para C.
- E é cabível suspensão condicional do processo para A, B e C.

Sequencial: 038 / 46
Saia: 00457
Número de inscrição: 10039616
Questão 46
Um indivíduo foi preso em flagrante pela prática de homicídio doloso simples (art. 121, caput, CP - pena de 12 a 30 anos). Nesse caso, na audiência de custódia, não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.
 A não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.
 B não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.
 C não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.
 D não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.
 E não cabe liberdade provisória por prazo determinado, considerando-se a pena abstrata de 12 a 30 dias, prorrogável por até 30 dias, com concessão de liberdade provisória sem fiança.

Questão 46

Um indivíduo foi preso em flagrante pela prática de homicídio doloso simples (art.121, caput, CP, pena de reclusão, de seis a vinte anos). Nesse caso, na audiência de custódia,

- não cabe liberdade provisória por tratar-se de crime hediondo contra a vida.
- considerando-se a pena abstrata do crime, somente se admite liberdade provisória sem fiança.
- admite-se conversão em prisão temporária pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- caberia concessão de liberdade provisória mediante o pagamento de fiança arbitrada pelo delegado.
- admite-se liberdade provisória mediante o pagamento de fiança arbitrada pelo juiz independentemente de oitiva do MP.

Questão 47

Em relação à prova criminal, é correto afirmar que,

- na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, com formação superior preferencialmente na área técnica relacionada à perícia.
- a confissão formal do acusado pode suprir a ausência do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.
- na sentença, o juiz não pode desconsiderar integralmente as conclusões de laudo pericial elaborado por perito oficial.
- o exame deve ser realizado por dois peritos oficiais sob pena de nulidade, sendo admitida a elaboração do laudo por aquele que participou da diligência de apreensão.
- para a comprovação da materialidade do crime de violação de direito autoral, é necessária a perícia de todo o produto apreendido para verificar a exata extensão do dano.

Questão 48

Um indivíduo está sendo investigado em dois inquéritos policiais, em um pela prática do crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, caput, CP, pena de reclusão de um a três anos) e em outro pela prática de estelionato (art. 171, caput, CP, reclusão de um a cinco anos, e multa). Considerando-se os crimes mencionados, é correto afirmar que

- os dois crimes não admitem decretação de prisão provisória.
- os dois crimes admitem a decretação de prisão preventiva.
- os dois crimes admitem a decretação de prisão temporária.
- o primeiro crime admite somente prisão temporária, e o segundo, apenas prisão preventiva.
- o primeiro crime admite somente prisão preventiva, e o segundo, apenas prisão temporária.

Questão 49

Após investigação prévia que confirmou sua prática delituosa, um indivíduo – ao emitir o laudo falso que lhe foi solicitado por terceiro atestando invalidez para fins de obtenção de benefício previdenciário – foi preso em flagrante delito por policial civil disfarçado. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

- a prisão é legal por ter ocorrido flagrante próprio, independentemente do disfarce do policial.
- a prisão deve ser relaxada por ter ocorrido flagrante preparado, considerado ilegal pelo STF.
- a prisão em flagrante deve ser mantida por ter sido constatado que se trata de crime habitual.
- a prisão é legal, por ter ocorrido flagrante esperado legalmente admitido. - ANULACAO JUDICIAL
- a prisão é ilícita, por caracterizar flagrante forjado pelo policial disfarçado.

Questão 50

Assinale a opção correta em relação à citação e à intimação no processo penal.

- Os prazos são contados da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória.
- É válida a citação por edital de réu preso na mesma comarca do juízo processante quando este não tem ciência do fato.
- O processo ficará suspenso caso o réu seja citado pessoalmente e, injustificadamente, deixe de comparecer em juízo.
- A intimação do membro do Ministério Público, do assistente de acusação e do defensor do réu é pessoal.
- É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve nem resume a inicial.

Questão 51

De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, é lícita a prova obtida

- em revista pessoal feita por agentes de segurança privada que trabalham em estação de metrô.
- por busca e apreensão de documento no interior de veículo automotor utilizado para passeio, sem prévia autorização judicial.
- pela polícia, por meio da extração de conversas do celular apreendido do preso no momento do flagrante, sendo desnecessária prévia autorização judicial.
- por meio de revista íntima realizada em visitante de estabelecimento prisional, ainda que motivada por denúncia anônima.
- por meio de abertura de cartas, correspondências ou qualquer encomenda postada nos Correios.

Questão 52

Assinale a opção correta em relação às disposições estabelecidas na Lei n.º 9.455/1997.

- A configuração do crime de tortura exige a prática de violência.
- Para a caracterização do delito de tortura, é necessário que a conduta criminosa se destine a atingir um fim específico, como a obtenção de informação, declaração ou confissão sobre determinado fato.
- O agente que se omite em face das condutas previstas nessa lei quando tinha o dever de apurá-las incorre nas mesmas penas previstas para os crimes nela descritos.
- A perda do cargo público não é efeito automático da sentença que condena o servidor público pela prática do crime de tortura.
- Não se exige que o sujeito ativo da tortura seja agente público para a caracterização dessa infração penal.

Questão 53

Em relação à Lei n.º 13.869/2019 e a seus dispositivos, que se referem aos crimes abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- A prática de crime de abuso de autoridade pressupõe vínculo estatutário do agente ativo com a administração pública.
- Alguns dos delitos previstos nessa lei processam-se mediante ação penal pública condicionada à representação.
- Um dos efeitos da condenação pela prática de abuso de autoridade é a perda do cargo público, que deverá ser fundamentada e pode ser aplicada em caso de reincidência, ainda que não específica.
- Sem prejuízo das disposições do Código Penal, essa lei admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, entre as quais a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato por prazo determinado.
- A configuração dos crimes de abuso de autoridade exige elemento subjetivo específico ou, então, na modalidade culposa, negligência, imprudência ou imperícia no desempenho da função pública.

Questão 54

Assinale a opção correta acerca do entendimento dos tribunais superiores em relação ao crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

- A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- A importação de pequena quantidade de sementes de planta conhecida como maconha é atípica.
- Não se admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos nas condenações por tráfico de drogas.
- A existência de ações penais em curso e registros de atos infracionais serve para impedir o reconhecimento do tráfico privilegiado.
- O crime de tráfico de drogas é equiparado a hediondo, ainda que em sua forma privilegiada.

Questão 55

No que concerne às disposições estabelecidas na Lei n.º 7.716/1989 e decisões do STF acerca dos crimes nela previstos, assinale a opção correta.

- Em decorrência de vedação constitucional, não será concedida liberdade provisória aos presos em flagrante por prática de racismo, com ou sem fiança.
- Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, se preenchidos os requisitos do Código Penal.
- Se os crimes previstos nesse dispositivo legal forem praticados por servidor público no exercício de suas funções, a perda do cargo é efeito automático da condenação.
- O crime de racismo é imprescritível e punido com reclusão, devendo as condenações decorrentes de sua prática ser cumpridas em regime inicialmente fechado.
- O conceito de racismo, segundo os tribunais superiores, não engloba condutas homofóbicas, dada a inexistência de previsão legal nesse sentido.

Questão 56

Assinale a opção correta a respeito da disciplina legal dos crimes contra o meio ambiente.

- O recolhimento domiciliar é espécie de pena restritiva de direitos prevista na Lei de Crimes Ambientais.
- O desmatamento é considerado crime se praticado em terras de domínio público ou devolutas e desde que a floresta seja nativa, salvo se o delito for praticado por necessidade de subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.
- Verificada a ocorrência de infração penal ambiental que envolva animais, estes deverão ser obrigatoriamente libertados em seu habitat.
- Não é cabível a suspensão condicional do processo ou o acordo de não persecução aos crimes ambientais, por expressa vedação legal.
- Se o abate de animal for praticado para proteger lavouras de ação predatória, será cabível a redução da pena de um a dois terços, desde que a circunstância seja atestada pela autoridade competente.

Questão 57

Considerando as disposições penais e processuais penais estabelecidas na Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da matéria, assinale a opção correta.

- Os crimes hediondos e equiparados estão listados na Constituição Federal, não dispondo o legislador ordinário de liberdade para ampliar tal rol.
- O prazo de prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados é de 30 dias, não sendo admitida prorrogação, porque ele já é ampliado em relação ao regramento da Lei n.º 7.960/1989.
- Se associação criminosa destinada à prática de crimes hediondos for desmantelada em razão de informações fornecidas por participante ou associado do grupo criminoso, este receberá perdão judicial.
- O rol de crimes hediondos inclui o roubo qualificado por lesão corporal grave, porém não abrange o homicídio simples, salvo se praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, liberdade provisória e fiança.

Questão 58

No que se refere à posição dos tribunais superiores em relação à Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.

- A posterior reconciliação entre vítima e agressor é fundamento suficiente para afastar a necessidade de fixação do valor mínimo previsto no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, pois não se pode exigir da vítima que tome a iniciativa de cobrar tal valor após o restabelecimento da relação afetiva.
- Se preenchidos os requisitos da Lei n.º 9.099/1995, cabe transação penal aos crimes submetidos ao rito da Lei Maria da Penha.
- Não se admite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos no caso de condenação pela contravenção de perturbação de tranquilidade.
- Aplicam-se as disposições da Lei n.º 11.340/2003 às situações em que o agressor seja do sexo feminino, desde que comprovada a coabitação entre autor e vítima.
- Não atrai a incidência dessa lei a hipótese em que um filho pratique violência física contra seu pai idoso.

Número de Inscrição: 10039618 Sala: 00457 Sequencial: 038 / 46

Questão 59

Tendo como base as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.836/2003 e a jurisprudência do STF e do STJ acerca da matéria, assinale a opção correta.

- Não afasta a tipicidade da conduta criminosa o fato de a arma de fogo apreendida ter sido declarada absolutamente ineficaz por meio de perícia realizada no curso da ação penal.
- Não se admite a incidência do princípio da insignificância em crimes previstos na referida lei, ainda que seja apreciada a incidência de circunstâncias atenuantes de menor relevância.
- Configura o dolo de parte de arma de fogo, a conduta de transporte sem autorização e em desacordo com as regras previstas em seu regulamento.
- O indivíduo que transporta arma de fogo sem autorização e em desacordo com as regras previstas em seu regulamento, não responde penalmente pelo crime.

Questão 61

Assinale a opção correta.

- A representação é condição de procedibilidade para a ação penal pública condicionada à representação.
- A representação é condição de procedibilidade para a ação penal pública incondicionada.
- A representação é condição de procedibilidade para a ação penal privada.
- A representação é condição de procedibilidade para a ação penal pública incondicionada.

Questão 59

Tendo como base as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.826/2003 e a jurisprudência do STJ e do STF acerca da matéria, assinale a opção correta.

- A Não afasta a tipicidade da conduta criminosa o fato de a arma de fogo apreendida ter sido declarada absolutamente ineficaz por meio de perícia realizada no curso da ação penal.
- B Não se admite a incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos na referida lei, ainda que seja apreensão de pouca munição desacompanhada de arma de fogo, por se tratar de infrações penais de perigo abstrato.
- C Configura o delito de porte de arma, e não de posse de arma de fogo, a conduta do caminhoneiro que seja surpreendido transportando em seu caminhão revólver de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- D O indivíduo que carrega consigo silenciador, desacompanhado de qualquer arma de fogo ou munição, não pratica crime, pois a essa lei não prevê punição para a posse ou porte de acessórios.
- E A pena referente ao delito de posse de arma de fogo de uso permitido, prevista no art. 12 da referida lei, é aumentada de metade se a conduta criminosa for praticada por integrante de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Questão 60

Considerando o estabelecido na Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STJ e STF acerca da matéria, assinale a opção correta.

- A As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, punindo-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.
- B O reconhecimento de falta grave consistente na prática de crime doloso no curso da execução penal exige o trânsito em julgado da condenação, sob pena de violação do princípio da presunção de inocência.
- C É ilegal a regra do juízo da execução que impede o ingresso em estabelecimento prisional de pessoa que esteja cumprindo pena em regime carcerário aberto ou em gozo de livramento condicional.
- D Por se tratar de infração penal sem previsão de privação de liberdade, a posse de drogas para uso pessoal no interior de estabelecimento prisional é considerada falta de média gravidade.
- E Representa violação ao princípio da dignidade humana, previsto na Constituição Federal, o pagamento de salário inferior ao mínimo aos presos que trabalhem durante a execução da pena.

Questão 61

Assinale a opção correta em relação ao que dispõe a Lei n.º 12.037/2009.

- A A apresentação de documento de identificação militar não é suficiente para atestar a identidade civil, devendo, nessa situação, ser realizada a identificação criminal.
- B Admite-se a coleta de material biológico do indiciado para a obtenção de perfil genético, o qual revelará informações importantes para futuras apurações, tais como traços somáticos e comportamentais.
- C A distância temporal entre a data de expedição do documento de identidade civil e a sua apresentação pode ser fundamento válido para que se proceda à identificação criminal.
- D Deve ser deferido o pedido de exclusão de um perfil genético do banco de dados caso o requerimento seja realizado pelo condenado quando completados 20 anos da inserção do referido perfil no banco de dados.
- E Arquivado o inquérito, pode o indiciado requerer a retirada de sua identificação fotográfica dos autos, não sendo necessária a apresentação de provas de sua identificação civil, visto já se ter esgotado o objetivo do ato.

Questão 62

Considerando o sistema de juizados especiais criminais, previsto na Lei n.º 9.099/1995, e a jurisprudência do STJ e STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

- A Tratando-se de crime de ação penal privada ou pública condicionada à representação, a realização de composição civil dos danos entre autor e vítima gera a extinção da punibilidade.
- B Admite-se transação penal para os crimes dolosos com pena máxima inferior ou igual a 2 anos e para os delitos culposos, independentemente da sanção aplicada.
- C A sentença que homologa a transação penal faz coisa julgada material, e o descumprimento do acordo deve ser resolvido por meio de execução na esfera civil.
- D O procedimento de apuração de infrações de menor potencial ofensivo não admite a realização de exames periciais, haja vista a necessidade de brevidade na conclusão do processo.
- E A despeito da omissão legislativa, é permitida a realização de transação penal para os crimes de ação penal privada, por se tratar de direito subjetivo do autor do fato.

Questão 63

Elictenas rompidos, córion a descoberto, apergaminhado, liso e brilhante, constatados em vítimas de acidentes com álcool 93 GL, são características externas de queimaduras

- A de primeiro grau.
- B comuns em corpos com vida e em cadáveres.
- C de segundo grau.
- D comuns em corpos ainda com vida.
- E típicas de cadáveres.

Questão 64

A perturbação causada no corpo de vítimas que sofreram descargas elétricas cósmicas ou raios, sem ocorrência de êxito letal, é denominada

- A fulguração.
- B inanição.
- C eletroplessão. — ENERGIA INDUSTRIAL.
- D insolação.
- E intermação.

Questão 65

Um cadáver, encontrado em uma pequena cabana de uma praia pouco movimentada, ao ser analisado pelo legista, apresentava os seguintes sinais: rigidez cadavérica precoce e bem acentuada; manchas hipostáticas de cor lívida, distribuindo-se pelo tórax, costas e braços; e espuma abundante na boca. A temperatura do corpo era de 25 °C. Ele constatou, ainda, que o encéfalo apresentava hiperemia e congestão das meninges; coração com consistência muito aumentada; pulmões com equimoses subpleurais e edema interno; notou, em outras vísceras, a presença de hipertermia interna e de grande quantidade de sangue no sistema venoso. O perito criminal, ao examinar o local, verificou condições do tempo e certificou-se de não ter havido testemunhas. Deteve-se, então, na busca da causa das lesões observadas.

Nessa situação hipotética, não tendo encontrado causa diversa de morte, o perito diagnosticará que as lesões estão mais relacionadas a óbito decorrente de

- eletroplessão.
- insolação.
- intermação.
- inanição.
- fulguração.

Questão 66

O corpo de um personal trainer que praticava habitualmente exercícios exenuantes matinais na praia foi encontrado caído sobre a areia sem sinais externos de violência. Após análises periciais e do legista, constatou-se que a morte desse indivíduo ocorreu em consequência de choque cardiogênico (tamponamento cardíaco), o qual decorre da ação de energias de ordem

- física.
- mista.
- bioquímica.
- físico-química.
- biodinâmica.

Questão 67

Após receberem chamada para a realização de perícia em uma casa onde um rapaz encontrou o corpo do pai morto, os peritos criminais, tendo chegado ao local, verificaram que o corpo tinha sido retirado da posição original. Mesmo assim, puderam constatar: sinal de Ponsold; presença de espuma na boca; projeção da língua para o exterior; livores cadavéricos abaixo da cicatriz umbilical e na face anterior dos membros inferiores; fenômenos putrefativos secos na parte superior do cadáver e úmidos na parte inferior, além de rigidez cadavérica em curso.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que as características externas verificadas no corpo são mais compatíveis com

- afogamento.
- esganadura.
- enforcamento.
- estrangulamento.
- sufocamento.

Questão 68

Durante uma necropsia, perito médico-legista verificou a presença de lesão denominada "manchas de Paltauf" no corpo de um periciando. Essa alteração é encontrada de forma mais característica no exame interno de morte ocasionada por

- estrangulamento por nóo.
- enforcamento.
- esganadura.
- afogamento.
- estrangulamento por laço.

Questão 69 - Possível erro

Assinale a opção em que os dois tipos de fenômenos transformativos verificados nos cadáveres em estado de decomposição estão correta e respectivamente exemplificados

- conservadores: autólise, putrefação e maceração; destrutivos: mumificação e saponificação
- conservadores: mumificação e saponificação; destrutivos: autólise, putrefação e maceração
- conservadores: mumificação e maceração; destrutivos: saponificação e autólise
- conservadores: putrefação e maceração; destrutivos: autólise e maceração
- conservadores: autólise, mumificação e saponificação; destrutivos: putrefação e maceração

Questão 70

À luz do conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), abortamento consiste na

- interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- interrupção da gestação com menos de 20 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- interrupção da gestação com menos de 23 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- interrupção da gestação com menos de 22 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.

Questão 71

Maria compareceu à delegacia para registrar ocorrência de que a esposa do seu irmão vinha ameaçando matar o próprio filho, que nasceu havia três dias. Disse que sua cunhada vinha enfrentando dificuldades para dormir e para amamentar a criança. Acrescentou que a cunhada apresentava agitação e raiva, que estava sempre confusa na hora de conversar e que manifestava delírios e alucinações.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que a provável patologia mental apresentada pela cunhada de Maria, que pode levar ao infanticídio, é a(o)

- blues puerperal.
- depressão pós-parto.
- transtorno da ansiedade.
- transtorno do pânico.
- psicose puerperal.

Questão 72

Acerca dos vestígios, indícios e de outros elementos encontrados nos locais de crime, julgue os itens seguintes.

- I A nulidade por falta do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é absoluta.
- II No caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.
- III Os cadáveres, as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 73

No que se refere à prova pericial no curso do processo judicial, é permitido às partes

- I requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos.
- II demandar esclarecimentos dos peritos desde que os quesitos ou questões sejam encaminhados com antecedência mínima de 15 dias.
- III arguir o impedimento legal do perito.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 74

O conceito de ciência total do direito penal e sua divisão em pressupostos de punibilidade derivados de um Estado Liberal de Direito e em sanções baseadas nas necessidades sociais, a fim de se lidar com as divergências entre o direito penal e a política criminal, foi desenvolvido por

- A Cesare Beccaria.
- B Franz Von Liszt.
- C Enrico Ferri.
- D Claus Roxin.
- E Rafael Garofalo.

Questão 75

Julgue os itens que seguem quanto à função dos três pilares das ciências criminais.

- I A criminologia apresenta estratégias e meios de controle social da criminalidade.
- II A política criminal fornece o substrato empírico do sistema.
- III O direito penal analisa as condutas indesejadas, tipificando infrações e combinando sanções penais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 76

Assinale a opção correta acerca da criminologia e de seus métodos.

- A Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.
- B A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer inferências.
- C A criminologia é uma ciência cultural, do dever-ser.
- D No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.
- E O método experimental confunde-se com o método empírico.

Questão 77

<https://www.camara.leg.br/noticias>

Debatedores divergem sobre endurecimento da legislação penal no combate à criminalidade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
06/07/2021

<https://www.camara.leg.br/noticias>

CCJ aprova relatório que propõe penas mais rigorosas para crimes - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
30 sept. 2021

<https://www.camara.leg.br/noticias>

Grupo sobre projeto antierime aumenta para 40 anos tempo máximo de cumprimento de pena - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
22 août 2019

DISSUASIVO (C) (D) (E)
RESSOCIALIZADOR
INTEGRADOR

As notícias cujos títulos são apresentados acima tratam do recrudescimento da legislação penal brasileira nos últimos anos. Acerca da criminologia, das penas e dos modelos de reação ao crime, assinale a opção correta.

- A Iniciativas legislativas de agravamento de penas estão relacionadas ao modelo estaurador de reação ao crime segundo o qual o mal causado pelo criminoso deve ser proporcionalmente retribuído pela pena.
- B A transação penal e a composição civil, instituídos previstos na Lei n.º 9.099/1995, que regula os juizados especiais, têm um caráter conciliatório, consoante com o modelo clássico de reação ao crime.
- C O Direito Penal centrado na pessoa do infrator reflete o pensamento de Claus Roxin na chamada Terceira Via do Direito.
- D O recrudescimento penal como resposta a um clamor por justiça resulta na edição de leis penais simbólicas que são editadas para reduzir tensões sociais, mas que, à falta de respaldo da ciência criminal, não garantem uma efetiva prevenção do crime.
- E Leis penais mais severas previnem o crime na mesma proporção que a certeza da punição, noção essa que tem origem em estudos do século XVIII de Cesare Bonesana.

Questão 78

Acerca dos modelos de prevenção criminal e das políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, julgue os itens seguintes.

- I** Políticas de prevenção primária destinam-se a enfrentar as causas mais profundas da violência de gênero e devem ser direcionadas à população em geral; tais causas estão relacionadas à desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e à manutenção de visões estereotipadas sobre os papéis sociais.
- II** A prevenção secundária, também conhecida como intervenção precoce, destina-se a determinados grupos de risco mais propensos a sofrerem ou praticarem a violência doméstica, usualmente associada aos serviços de saúde e assistência social.
- III** A prevenção terciária, também conhecida como resposta, está relacionada à reação dos sistemas policial e de justiça à comunicação de um episódio de violência, e se destina a prevenir, a longo prazo, a reiteração da violência.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 79

Acerca das teorias sociológicas da criminologia, assinale a opção correta.

- A A teoria da desorganização social é considerada uma teoria do conflito social.
- B A subcultura delinquente é um exemplo de teoria do consenso.
- C A escola de Chicago, importante marco para o estudo da criminalidade urbana, representa uma das teorias do conflito social.
- D A criminologia feminista opõe-se frontalmente à criminologia crítica que advém do positivismo criminológico.
- E A teoria do *labelling approach* é exemplo de teoria do consenso, uma vez que se preocupa com os comportamentos não desviantes.

Questão 80

O princípio da ofensividade ou lesividade, segundo o qual somente devem ser criminalizadas condutas por violação a um bem jurídico, e não por mero enquadramento legal ou vontade legislativa, foi desenvolvido por

- A Luigi Ferrajoli.
- B Edwin H. Sutherland.
- C Robert K. Merton.
- D Erving Goffman.
- E George Kelling.

Espaço livre